

POLÍTICA MONETÁRIA

Dívida estadual cresceu mais de 20% em reais

por William Salazar
de Brasília

A dívida pública interna dos estados e municípios cresceu mais de 20%, em reais, entre junho e outubro, ou seja, logo após a introdução do real, enquanto a dívida mobiliária interna da União cresceu apenas 6,77%.

O crescimento da dívida dos estados e municípios explica-se, em boa parte, ou principalmente, pela alta dos juros nominais, já que o estoque dessa mesma dívida teve crescimento muito pequeno para influir na expansão total do débito estadual e municipal. No caso da dívida mobiliária federal, o que houve foi uma troca de dívida re-

munerada (títulos públicos federais como Notas do Tesouro Nacional, Bônus do Banco Central, etc.) pelo papel-moeda que o público passou a demandar, diante da estabilização da moeda. Ou seja, enquanto se convivia com uma inflação disparada, de mais de 40% mensais, em junho, demandavam-se títulos que servissem de proteção contra a corrosão do poder de compra. Introduzido o real, a demanda pelo dinheiro que se põe no bolso aumentou. Sintetizando: o governo passou a "emitir" base monetária, para resgatar os títulos que o público já não queria, ou não precisava.

**OS MAIS
ENDIVIDADOS**
Os números divulgados na

sexta-feira pelo Banco Central (BC) sobre a evolução dos agregados monetários até outubro (ver matéria na página 14) também mostram que o crescimento da dívida dos estados e municípios mais endividados — a saber, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e as cidades de São Paulo e Rio — não está nada distante da dos demais estados nem do endividamento geral.

O saldo total da dívida pública interna estadual e municipal, que era de R\$ 19 bilhões em junho, passou para R\$ 23,14 bilhões, em outubro, com crescimento de 21,78%. Já o estado mais devedor — São Paulo — viu sua dívida crescer 22,33%, de R\$ 7,255 bilhões em junho para R\$ 8,875 bilhões em outubro. Minas Gerais

registrou um crescimento de sua dívida pública da ordem de 21,61%, dos R\$ 3,443 bilhões de junho para R\$ 4,187 bilhões em outubro. A dívida carioca saltou 20,65%, de R\$ 2,373 bilhões em junho para R\$ 2,863 em outubro. Os gaúchos viram sua dívida pública passar de R\$ 2,546 bilhões em junho para R\$ 3,101 bilhões em outubro — um aumento de 21,80%.

E os demais estados da Federação viram sua dívida subir 21,75%, de R\$ 1,398 bilhão para R\$ 1,702 bilhão.

O município de São Paulo, que devia R\$ 1,407 bilhão em junho, passou a dever R\$ 1,7 bilhão em outubro, ou 21,11% a mais no primeiro trimestre do real. O município do Rio devia em outubro R\$ 706 milhões, ou 21,93%, além dos R\$ 579

milhões registrados em junho.

CRESCIMENTO FIRME DE LBC

Conjugada a expansão da dívida de estados e municípios, o quadro da dívida mobiliária federal apresentou, entre julho e outubro, um crescimento firme e sustentado das posições em Letras do Banco Central (LBC). Esses papéis, que andavam fora de circulação há muito tempo, foram relançados em junho, num montante de R\$ 22,729 bilhões. O motivo é que, às vésperas da introdução do real, o mercado passou a demandar um papel do governo de curto prazo, diante das incertezas que cercavam o advento da nova moeda. Não se tomava papel de prazo "longo" do governo; exigia-se algo que pudesse ser trocado dia a

dia. Logo em julho, porém, a posição das LBC caiu para R\$ 2,986 bilhões. Dai para a frente, foi crescendo, até o montante de R\$ 8,022 bilhões, em outubro. Esse saldo de 168,65% da dívida federal expressa em LBC, entre julho e outubro, foi resultado da troca de papéis estaduais pelo título federal, para atenuar a aguda crise de liquidez e a falta de crédito na praça dos bancos estaduais mais comprometidos com seus próprios controladores — os governos estaduais.

ESTOQUES DE TÍTULOS - CETIP (R\$ Milhões)

Título	23/11	24/11
CDB/RDB	47.997,64	43.388,86
CDB PRÉ	28.348,33	28.652,16
CDB TR	16.248,73	16.298,81
CDB URV	123,24	123,33
CDB IGPM	3.277,34	3.314,57
CDB SNA	0,94	0,95
CDI	28.294,86	28.191,40
CDI PRÉ	18.062,87	17.931,09
CDI TR	7.636,03	7.673,24
CDI URV	0,84	0,84
CDI IGPM	2.595,12	2.586,23
LC	109,61	109,87
TDE	274,29	274,33
FDS	475,05	475,81
Debêntures	9.256,12	9.265,18
LH	3.281,55	3.283,94
LFTF	3.532,56	3.539,63
MOP	5.787,29	5.792,52
CM	184,63	184,63
Swap	57.704,97	57.916,95
Total	156.898,59	157.423,13

Fonte: Cetip e Centro de Informações da Gazeta Mercantil.

IOF

Nº de dias úteis da operação	Alíquotas %	Limite (*) %
0	0,75	50,00
1	0,75	50,00
2	1,40	46,85
3	1,95	43,70
4	2,40	40,54
5	2,75	37,36
6	3,00	34,16
7	3,15	30,94
8	3,20	27,69
9	3,15	24,41
10	3,00	21,08
11	2,75	17,72
12	2,40	14,30
13	1,95	10,82
14	1,40	7,28
15	0,75	3,68
16	0,00	0,00

(*) Limite, em porcentagem, do valor do imposto em relação ao valor do rendimento bruto da aplicação financeira.
Fonte: Banco Central.

DÍVIDA PÚBLICA INTERNA ESTADUAL E MUNICIPAL

Títulos emitidos

Fim de período	Dívida estadual					Subtotal 6 = 1 a 5	Dívida municipal			Saldo em R\$ milhões Total
	SP 1	MG 2	RJ 3	RS 4	Demais estados 5		SP 7	RJ 8	Subtotal 9 = 7 + 8	
1994 - Jan	6.493	3.073	2.107	2.269	1.347	15.288	1.189	516	1.706	16.994
Fev	6.617	3.134	2.159	2.313	1.336	15.560	1.212	526	1.738	17.298
Mar	6.738	3.197	2.201	2.361	1.277	15.774	1.235	525	1.761	17.535
Abr	6.929	3.280	2.259	2.429	1.324	16.221	1.385	528	1.913	18.134
Mai	7.124	3.365	2.319	2.463	1.361	16.652	1.424	543	1.967	18.619
Jun	7.255	3.443	2.373	2.546	1.398	17.015	1.407	579	1.986	19.001
Jul	7.893	3.740	2.578	2.769	1.521	18.501	1.531	614	2.144	20.646
Ago	8.217	3.894	2.680	2.885	1.584	19.260	1.595	639	2.235	21.495
Set	8.597	4.406	2.775	2.993	1.644	20.055	1.647	681	2.328	22.383
Out *	8.875	4.187	2.863	3.101	1.702	20.729	1.704	706	2.410	23.140

Nota: Valores anteriores a Jul/94 convertidos pela URV de final de período. 1/ Inclui adicionalmente as LFTM/LFTE, os BTE, BTM e as OTE/OTM.

* Dados provisórios.

Fonte: Banco Central.